

CONFLITOS TERRITORIAIS ENTRE FAMÍLIAS QUE MOTIVARAM A MIGRAÇÃO INTERNA NOS SERTÕES DOS INHAMUNS – CEARÁ¹

Cristiane e Castro Feitosa **MELO**

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará.

<http://lattes.cnpq.br/1005867569257830>

cristianefeitosa@hotmail.com

Maria Lucia Brito da **CRUZ**

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (ProPGeo) da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

<http://lattes.cnpq.br/7159290904011293>

mlbcruz@gmail.com

RESUMO: Este artigo analisa os conflitos territoriais entre duas famílias, no início do século XVIII, que motivaram a migração interna nos Sertões dos Inhamuns, no Estado do Ceará, região semiárida do Nordeste do Brasil. A implantação das sesmarias estabeleceu reestruturações espaciais, constituindo novos padrões de organização social, econômica e cultural. Nessa área o fluxo populacional se deu mediante dois processos: o de atração e o de deslocamento. A metodologia consiste em análise espaço-temporal com revisão de literatura e coleta de dados históricos e geográficos. As variáveis utilizadas foram: população, ocupação e uso da terra. As análises indicam que, durante a sua ocupação, a migração interna foi motivada pela apropriação da terra e exploração intensiva dos recursos naturais.

Palavras-chave: Conflitos Territoriais. Migração Interna. Sertões dos Inhamuns.

TERRITORIAL CONFLICTS BETWEEN FAMILIES THAT MOTIVATED THE INTERNAL MIGRATION IN INHAMUS BACKWOODS - CEARÁ

ABSTRACT: This work analyzes internal migration in Inhamuns Backwoods, which was caused by territorial conflicts between two families in the early eighteenth century, in spite of its physical adversities, as it is located in the semiarid region of Northeastern Brazil. Implantation of *sesmarias* has established spatial rearrangements that constituted new social, economic and cultural organization standards. In that area, population flow developed under two processes: *attraction* and *displacement*. The methodology consists of a spatial-temporal

¹Partes deste trabalho constam na *Revista GEOUECE*, Fortaleza, v. 1, ano 1, n. 1, p. 95-104, publicado em dezembro de 2012.

analysis, by reviewing the literature and collecting historical and geographic data . The following variables were used: population, occupation and use of land. Analyses suggest that, during its occupation, internal migration was caused by land appropriation and intensive exploration of natural resources.

Key Words: Territorial Conflicts. Internal Migration. Inhamuns Backwoods.

CONFLICTOS TERRITORIALES ENTRE FAMILIAS QUE MOTIVARON LA MIGRACIÓN INTERNA EN EL SERTOES INHAMUNS - CEARÁ

RESUMEN: Este artículo examina el conflicto territorial entre dos familias, a principios del siglo XVIII, lo que llevó a la migración interna en los Baldíos Inhamuns en el estado de Ceará, región semiárida del noreste de Brasil. La aplicación de las concesiones de tierras establecido reestructuración espacial, formando nuevos patrones de organización social, económica y cultural. En esta zona el flujo de población se llevó a cabo medio de dos procesos: la atracción y el desplazamiento. La metodología consiste en el análisis espacio-temporal con revisión de la literatura y la recopilación de datos históricos y geográficos. Las variables utilizadas fueron: la población, el empleo y uso de la tierra. Los análisis indican que, durante su ocupación, la migración interna fue motivada por la apropiación de la tierra y la explotación intensiva de los recursos naturales.

Palabras-clave: Conflictos territoriales. Migración interna. Tierras del Interior de Inhamuns.

INTRODUÇÃO

A ocupação do território cearense, na época denominada “Capitania do Ceará”, a exemplo de várias outras regiões brasileiras, ocorreu por meio da concessão de sesmarias para a atividade pastoril e está inserida no contexto das disputas de terras entre índios e colonizadores portugueses, durante as expedições para o interior do Brasil, iniciadas no século XVI.

Segundo Silva (2008), nas duas últimas décadas do século XVII e na primeira metade do século XVIII o processo de concessão de terras foi intensificado, motivado pelo crescimento do cultivo e exploração da cana-de-açúcar, que gerou a necessidade por terras e produção de carne para os habitantes das terras que estavam sendo povoadas. Tal necessidade propiciou a expansão da pecuária para o interior, onde criadores de gado receberam cartas de sesmarias para ali poderem criar seus gados.

Inicialmente a distribuição das sesmarias na capitania do Ceará seguiu os caminhos dos principais rios: Jaguaribe, Banabuiú, Salgado, entre outros, e posteriormente houve as doações dos demais afluentes ocasionando a formação de adensamentos populacionais e

surgimento de vilas. Vale ressaltar, que essa distribuição também sofreu influência do fluxo do gado. Dentro desse contexto, em todo o sertão nordestino, a habitação nos vales de rios importantes está relacionada a movimentos populacionais saídos de Pernambuco e da Bahia, à procura de espaço para a criação de gado. A corrente de Pernambuco foi responsável pela introdução desta atividade no Estado do Ceará, destacando-se o vale do rio Jaguaribe.

De acordo com Melo (2012), no período histórico colonial, o espaço geográfico apresenta-se como constituição de uma disputa concreta, em que as relações de natureza sócio-espaciais se expressam como medição de escala de poder. Esta medição opera quantidade extensiva de terras, aproximação com os indígenas e poder político e econômico no território, engendrando novas dinâmicas sociais. Nos Sertões dos Inhamuns, esse processo se desenvolveu no âmbito dos conflitos entre famílias pela posse de sesmarias, que produziu uma verdadeira definição cartográfica da região. Nesta ótica, este trabalho conta a história de uma comunidade sertaneja do Nordeste brasileiro no período de sua colonização, no início do século XVIII, detalhando a cruel luta entre duas famílias Montes e Feitosa, que disputaram a posse do Ceará habitado por indígenas, buscando analisar a dinâmica populacional e as transformações territoriais nos Sertões dos Inhamuns.

Na análise desta manifestação de luta territorial, como procedimento metodológico, os dados foram adquiridos com levantamentos bibliográficos sobre a historicidade e transformações geográficas do Alto e Baixo Jaguaribe e consultas em publicações de órgãos oficiais do Governo Federal, Estadual e Municipal. Os antecedentes históricos sobre as transformações decorrentes por grandes conflitos de famílias não devem ser ignorados, uma vez que a perspectiva de obtenção das sesmarias indica mudanças e incertezas quanto à formação territorial.

A pesquisa divide-se nos seguintes eixos analíticos: Parte da leitura do território como categoria de análise social para contextualizar os elementos centrais que gravitam na fixação das famílias vindas da Europa, os Montes da Espanha e os Feitosa de Portugal, para o sertão de Pernambuco e, posteriormente, para o Ceará; A dinâmica populacional e sua relação com as famílias dominantes da região e; Os impactos de conflitos territoriais entre famílias na perspectiva espaço-temporal decorrentes, que formataram uma nova produção do espaço.

ATRAÇÃO POPULACIONAL: A COLONIZAÇÃO DOS SERTÕES DOS INHAMUNS

A colonização do interior do Ceará foi o resultado de incursões sertão adentro de criações de gados oriundos da Bahia e Pernambuco. Os criadores de gado insaciáveis à procura por mais terra para as fazendas chegaram ao Ceará no início do século XVIII, incentivados pelo governo português que, em 1701, instituiu a Carta Régia, um documento que proibia a criação de gado a menos de dez léguas da costa, para que no litoral desses estados pecuaristas apenas se cultivasse cana-de-açúcar, ampliando o mercado açucareiro no litoral, (FARIAS; WEIMA; AMÉRICO, 2012).

Acompanhados por seus vaqueiros e escravos, estabeleceram-se inicialmente ao longo das margens do Rio Jaguaribe, indo de Aracati para o sul do estado, até a sua confluência com o Rio Salgado, onde fundaram a cidade de Icó e desta subiram o mesmo rio e seus afluentes, chegando por volta de 1707 aos Sertões dos Inhamuns.

As principais vias de comunicação do Ceará colonial estavam representadas pela “Estrada Geral do Jaguaribe”, pela “Estrada das Boiadas” e pela “Estrada Nova das Boiadas”, e essas convergia para a ribeira do Rio Jaguaribe, formando vários caminhos subsidiários proporcionados pela pecuária.

Icó destacou-se, durante esta áurea época, devido à abundância de água e localização estratégica na rota das boiadas. A "Estrada Geral do Jaguaribe" escoava as boiadas entre as fazendas de gado do Sertão do Cariri ao centro charqueador de Aracati, na foz do rio Jaguaribe, para a salgagem da carne, técnica que não exigia muitos conhecimentos e nem muito investimento.

Nesse processo de conquista, para dar espaço aos currais de gado, a grande vítima foi o índio, exterminado ou expulso de suas aldeias, outras vezes, jogados em aldeamentos, espécie de aldeias artificiais onde os padres jesuítas os “catequizavam”, “civilizando-os”, (FARIAS; WEIMA; AMÉRICO, 2012).

Assim como os índios, a cobertura vegetal original do Estado do Ceará, que era quase totalmente representada pela vegetação de caatinga, com o processo de ocupação do território, e no caso específico no Sertão dos Inhamuns, foi vítima da superexploração. Tendo como consequência a presença de pouquíssimas áreas conservadas que ainda podem representar as condições originais da cobertura vegetal. E conseqüentemente a fauna, que, de certa forma, está relacionada com a vegetação e, desde a colonização, a caça usual e não comercial

assumiu um caráter de proteção aos currais de gado e sobrevivência para as populações na região, nos longos períodos de estiagem, quando avoantes (*Zenaida auriculata*), tatus (*Tolypeutes sp*) e teiús (*Tupinambis teguixini*) passaram a fazer parte da dieta alimentar.

A HISTÓRIA DA “ESTRADA DAS BOIADAS”: DE ICÓ PARA O ALTO JAGUARIBE NOS SERTÕES DOS INHAMUNS

Segundo Melo (2012), a "Estrada das Boiadas" ou "Estrada dos Inhamuns" escoava o gado e os produtos entre a Paraíba e o Piauí. Hoje, refazendo a peregrinação dos colonizadores, partindo de Icó e seguindo de leste para oeste, no Estado do Ceará, os mesmos passaram pelos Municípios de Orós e Iguatu até chegar ao Alto Jaguaribe nos Sertões dos Inhamuns.

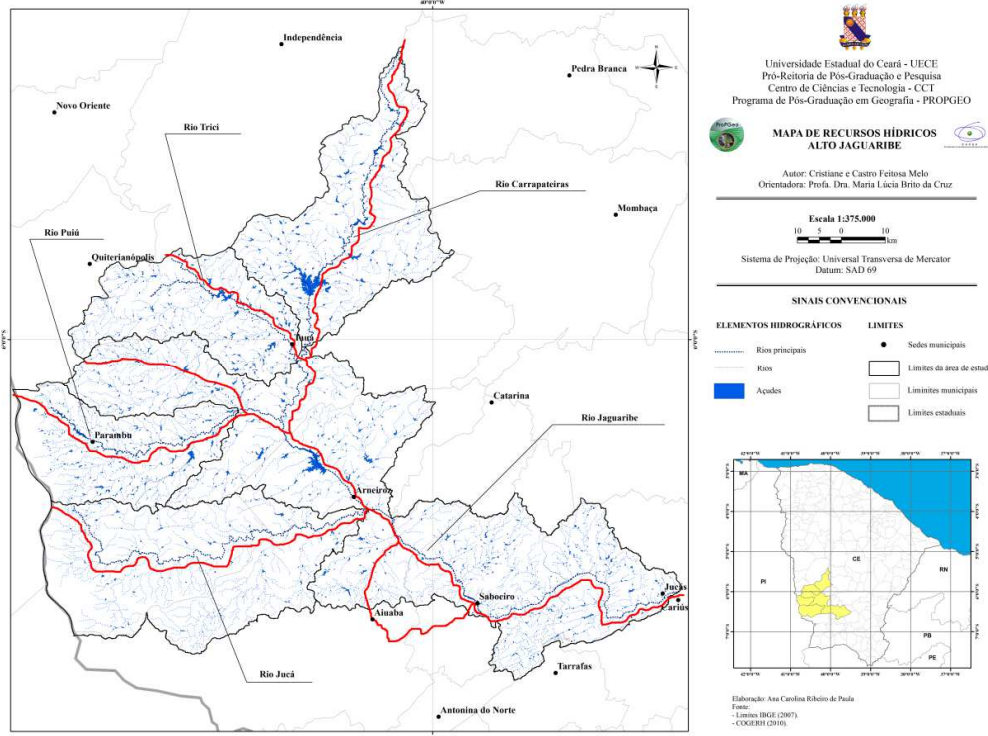
Na área dos Sertões dos Inhamuns, região inicialmente habitada pelos índios Jucá, a rota foi pelo município de Jucás e, em seguida, o município de Saboeiro, onde os novos habitantes, oriundos de Pernambuco, tinham como intuito a implantação da pecuária no Ceará; seguindo por Aiuaba às margens do rio Umbuzeiro, afluente do rio Jaguaribe, onde por via das sesmarias, os fazendeiros de gado chegaram à região e intensificaram a criação do rebanho bovino. (Figura 01).

Em seguida, comboiaram para Arneiroz, município também localizado no antigo território dos índios Jucá, onde surgiu a partir de um aldeamento realizado por um jesuíta. A referida missão foi desfeita devido a guerras de extermínio, batalhas emancipacionistas e conflitos políticos com as famílias que chegaram à região com a expansão da pecuária, o que resultou na transferência de alguns grupos dos referidos índios. Como nem todos os nativos foram transferidos, a história de Arneiroz segue com estes e o clã dos Feitosa. Para Bernardi (1974), “um clã constitui-se num grupo de pessoas unidas por parentesco e linhagem e que é definido pela descendência de um ancestral comum”.

Seguindo a “Estrada das Boiadas”, a parada seguinte dos colonizadores oriundos de Pernambuco com a finalidade de implantar a pecuária no Ceará, foi o Município de Tauá, uma palavra de origem indígena, que significa "Barro vermelho", aonde, no ano de 1718, chegaram à nascente do rio Jaguaribe, na confluência dos rios Trici e Carrapateiras, e em torno das fazendas de gado doadas em 1762, pelo Coronel Lourenço Alves Feitosa e o Capitão Luís Coelho Vital, foi erguida a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário e ao redor dela foram edificadas residências, surgindo assim um povoado, em que no ano de 1802, foi elevado à categoria de Vila com o nome de São João do Príncipe, e com o passar do tempo

a Vila se transformou no maior povoado da região, sendo então transformada em cidade, pela Lei Estadual nº 2677 de 1929, com o nome de Tauá. (Figuras 02 e 03).

Figura 01: “Estrada das Boiadas”: rota dos colonizadores com a finalidade de apropriação da terra e de implantar a pecuária no Ceará.



Fonte: LABGEO - Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Estadual do Ceará.

Do encontro das águas dos rios, que formam o Jaguaribe, os colonizadores, seguindo a “Estrada das Boiadas”, chegaram à nascente do rio Trici na serra da Joanhina, assim como, acompanharam os outros afluentes mais importantes do rio Jaguaribe: os rios Favelas, Puiú, Jucá e Umbuzeiro.

Figuras 02 e 03: Vista externa da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. Localidade: Sede do Município de Tauá.



Fonte: Arquivo da Família Feitosa e pesquisa de campo (ano de 1906 e novembro de 2013 respectivamente).

Por fim, chegou-se aos afluentes do rio Jaguaribe, o rio Jucá e o rio Puiú localizados no território que foi habitado, antes das entradas vindas de Pernambuco, pelos índios Jucá e, com a doação de sesmarias ao longo desses rios e a disseminação da criação de gado bovino na região, surgiu um povoado com o nome de São Pedro da Cachoeirinha, formado em torno das fazendas de gado e de uma capela, hoje Igreja Matriz de São Pedro, cujo patrimônio foi doado, em 1772, por Enéas de Castro Feitosa, proprietário da fazenda Cachoeirinha. Em 1929, o crescimento do povoado, em ritmo lento e de progresso roceiro deu origem à sede do distrito de São Pedro da Cachoeirinha, mas ainda fazia parte da divisão administrativa de Tauá, e pelo Decreto Lei nº 448 de 1938 passou a denominar-se simplesmente de “Cachoeirinha” e, cinco anos depois, passou a se chamar Parambu, palavra de origem indígena que significa “cachoeira pequena”. Com a Lei Estadual nº 3338 de 1956 o distrito de Parambu foi desmembrado de Tauá e elevado à condição de Município. (Figuras 04 e 05).

Figuras 04 e 05: Vista externa da Igreja Matriz de São Pedro. Localidade: Sede do Município de Parambu.



Fonte: Arquivo da Família Feitosa e pesquisa de campo (ano de 1970 e novembro de 2013 respectivamente).

Os Sertões dos Inhamuns localizam-se nas cabeceiras do Rio Jaguaribe ao norte da extremidade sudoeste do Ceará e estendem-se numa área cujos pontos extremos possuem distancia de 113 km de leste a oeste por 153 km de norte a sul. A região está separada das áreas vizinhas pelas serras: Joaninha e Guaribas ao norte, Flamengo a leste, Bastiões ao sul e a Serra Grande, que faz fronteira com o Estado do Piauí a oeste.

Essa região possui altitudes que variam de 228 a 487 metros, sendo a área mais elevada do sertão do Ceará. Sua topografia varia consideravelmente, em que algumas partes da região são formadas de terrenos ondulados em campo aberto, principalmente na metade superior, enquanto no sul, dentre outras áreas da região, a paisagem apresenta-se bastante irregular pela presença de numerosas serras.

Segundo Melo (2012), os Sertões dos Inhamuns, com semelhança à maior parte do Nordeste brasileiro, é uma terra quente, varrida pelo vento, semiárida e sacrificada por um clima de chuvas escassas, que caem apenas nos meses de inverno que vão de janeiro a junho; mas, às vezes, o ano é afetado por seca; em consequência disso, os rios secam e as pastagens verdes morrem, exceto as plantas e árvores resistentes e de raízes profundas, que salvam a paisagem de uma aparência de desolação durante o verão. A densidade da vegetação é variada, apresentando áreas que são cobertas de arbustos virtualmente impenetráveis, e outras relativamente abertas, com árvores e cactos espalhados. A temperatura média na estação chuvosa é de 16°C no alto da Serra Grande e 26°C na Depressão Sertaneja, e na estação seca é de 28°C no alto da Serra Grande e 34°C na Depressão Sertaneja.

A localização da área doada por Portugal, as sesmarias, com essas rigorosas características naturais, não perturbaram os colonizadores que chegaram a esses sertões, e em sua maior parte vieram de Pernambuco, já acostumados com terra e clima semelhantes. Encontrar uma área de pasto verde, no inverno, foi fundamental para se instalarem e transformarem os Inhamuns em uma das principais zonas de produção de gado do Nordeste.

As sesmarias, áreas de terras doadas segundo a tradição portuguesa, fornecem um quadro parcial da descoberta e colonização da área. A sesmaria fora utilizada em Portugal desde o século XIV como meio de doar terras abandonadas ou não-cultivadas a pessoas que pudessem fazer uso delas. Tal fato serviu como precedente para a aplicação de prática semelhante na Colônia Portuguesa da América, onde terras sobravam. As sesmarias eram distribuídas pelo chefe militar e oficial administrador da capitania, o governador ou capitão-mor. A dimensão da propriedade era geralmente de uma légua de largura por três léguas de comprimento, embora muito mais do que isso às vezes fosse doado em uma sesmaria e não havia limite fixado para o número de sesmarias que uma só pessoa pudesse receber. Um aspecto básico à localização da área doada é que tivesse sua frente limitada a um rio ou riacho ou que lá existisse uma fonte, fator de importância em uma terra com escassez d'água. (CHANDLER, 1981, p. 21).

De acordo com os documentos do Acervo Histórico do Ceará, no período de 1706 a 1751, as sesmarias que foram doadas para os Sertões do Ceará os pedidos eram justificados mediante dois argumentos: as terras estariam desaproveitadas e os requerentes possuíam gados e não teriam terras para acomodá-los. Isso demonstra que já nos tempos da colonização as terras dos sertões eram visadas para a atividade da pecuária.

Segundo Vale et al (1999), a ocupação das sesmarias na região dos Inhamuns, foi iniciada por membros da família Feitosa, que ocuparam a barra do rio Jucá, onde viveu o grupo indígena de mesma denominação. A partir daí, logo expandiram seus domínios na região, levando seus currais ao longo do Jaguaribe e seus afluentes.

Dessa forma, também chegaram à região outras famílias como: os Montes, os Fonseca, os Ferreira, os Araújo, os Mendes, os Barreto, os Lobato, os Barbalho, os Esteves, os Almeida, os Andrade, os Gonçalves, os Noronha, os Vidal e outros. (MELO, 2012).

Com intuito de implantar a pecuária no Ceará, os colonizadores dominaram o alto curso do Jaguaribe e chegaram à nascente do rio, na Serra da Joanhina em Tauá, no início do Século XVIII, quando o fazendeiro Lourenço Alves Feitosa foi o ocupante, colonizador, das primeiras terras na região dos Inhamuns, em que, desses referenciais de preeminência, consta a doação de uma sesmária, contendo uma légua de frente por três de fundo e situado na ribeira do rio Jucá no ano de 1708.

Uma segunda doação aparece em 1718 quando o, igualmente beneficiário, Capitão Luiz Coelho Vidal adquire sesmarias nos territoriais da região dos Inhamuns. Em prosseguimento à hierarquia fundiária instalada pela família Feitosa, Lourenço Alves Feitosa, em 13 de março de 1724, requer e obtém do atual dirigente da Capitania do Ceará Grande, Manuel François, mais três léguas de terras situadas nos caminhos dos Inhamuns. Nessa mesma época, eram concedidas diversas sesmarias, entre elas uma situada nas margens do rio Jaguaribe para o Coronel Francisco de Montes e Silva, que se tornou inimigo do Comissário Lourenço Alves Feitosa, pela proximidade entre suas terras.

Durante muitos anos ocorreu uma terrível luta entre Montes e Feitosa, com a participação em diversas localidades, cujos nomes servem de exemplo para aquela fase como: Riacho do Sangue, Trincheiras, Cruzes, Tropas e Emboscada. Após essa luta, diversas outras também aconteceram, das quais podemos citar os confrontos entre os Araújo e Maciel, os Viriato e Calangos e os Cunha e Patacas, e todas foram importantes para a formação da sociedade local.

O CONFLITO SAGAZ ENTRE FAMÍLIAS NA LUTA POR SESMARIAS: FEITOSA x MONTES

A família Feitosa é descendente do português João Alves (ou Álvares) Feitosa, que chegou ao Brasil pelo estado de Sergipe na primeira metade do século XVII e seguiu para Penedo no estado de Alagoas fixando-se em Serinhaém no estado de Pernambuco. (Figura 06).

Figura 06: Provável trajeto dos primeiros membros da família Feitosa.



Fonte: MACÊDO, H. F. Estórias & História: Família Feitosa (2010) e Arquivo da Família Feitosa (ano de 1970).

De acordo com Bezerra (2009), “os Feitosa eram provenientes da Capitania de Pernambuco e, Serinhaém é considerado como o lugar de origem dos primeiros membros da família Feitosa emigrados para o Ceará”.

Segundo Fonseca (1935), João Alves Feitosa contraiu casamento com Ana Gomes Vieira, filha do seu compatriota, coronel Manoel Martins Chaves, rico colono, senhor da “Capela do Buraco”; os quais tiveram dois filhos: o Comissário Geral Lourenço Alves Feitosa, casado com Antonia de Oliveira Leite, teve um filho, Lourenço Alves Penedo e Rocha; e o Coronel Francisco Alves Feitosa, que contraiu três casamentos com três viúvas, que traziam filhos dos seus leitos anteriores. Segundo Feitosa (1985),

A primeira núpcia foi com Catarina Cardoso da Rocha Resende Macrina que, deixou quatro filhos, sendo dois homens, o Capitão Pedro Alves Feitosa, casado com Ana Cavalcanti de Nazaré Bezerra; o Coronel Manoel Ferreira Ferro e, duas mulheres: Josefa Alves Feitosa, casada com o Sargento-mor Francisco Ferreira Pedrosa e, Ana Gonçalves Vieira, casada com o Sargento-mor João Bezerra do Vale. A segunda núpcia foi com uma viúva pertencente à família Montes, por nome Isabel de Montes e Silva, irmã do Coronel Francisco de Montes e Silva, que teve duas filhas: Maria que se casou com João Cavalcante, do Cariri e, Luzia casada com um enteado de seu pai, filho de Isabel Maria de Melo. A terceira núpcia, com Isabel Maria de Melo, não deixou descendentes. (FEITOSA, 1985, p. 15).

Segundo Théberge (1973), João Alves Feitosa deixou Penedo, em Alagoas e veio para o Engenho Currais de Serrinha, em Pernambuco e ali obteve duas sesmarias, sendo estas as primeiras de que se tem registro como pertencentes ao primeiro membro da família Feitosa no Brasil. Os dois documentos históricos encontram-se na Documentação Histórica Pernambucana (1959, p. 96 e 103-104).

Os irmãos Feitosa residiam às margens do rio São Francisco, em Pernambuco, mas segundo o pesquisador e historiador Farias (1995),

Por estar bastante povoado este rio e afluentes, onde estava em franca florescência a atividade pecuária, certamente por informação dos parentes Ferreira já estabelecidos no Ceará hajam sido as razões que levaram os irmãos Feitosa a esta migração. Fato é que não tardaram a iniciar a colonização da bacia jaguaribana. (1995, p. 37).

De acordo com Melo (2012) as primeiras sesmarias, nos Sertões dos Inhamuns, foram doadas aos irmãos Lourenço Alves Feitosa e Francisco Alves Feitosa, em 1707, cada um recebendo três léguas ao longo do rio Jucá.

No século XVII, perseguidos pela Inquisição e tendo perdido os pais, chegaram ao Estado de Pernambuco cinco irmãos Montes, espanhóis de nascimento, sendo dois homens e três mulheres.

A Inquisição na Espanha atuou sob o controle dos reis espanhóis, de 1478 até 1834, com o nome de “Santo Ofício”; pois esses tinham certo receio de que a Inquisição alcançasse um poderio que talvez obscurecesse a influência da coroa. Segundo Jackson (1968),

Esse foi o resultado da política de conversão de judeus e muçulmanos espanhóis ao catolicismo. Foi um importante instrumento na política chamada limpeza de sangue, deixando muitas vítimas de horríveis matanças contra os descendentes de judeus e de muçulmanos não convertidos. (1968, p.318).

Os irmãos Montes fixaram residência em Pernambuco, formando famílias, uma das quais descende o conde de Irajá, D. Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, Bispo do Rio de Janeiro.

Francisco de Montes e Isabel, sua irmã, agora casada com o coronel Francisco Alves Feitosa, adentraram nos sertões de Pernambuco e vieram até a área jaguaribana no Ceará.

O coronel Francisco Alves Feitosa, juntamente com o irmão e o sobrinho, era senhor de terras no Riacho Vocoró, Acaraú, Cariús e, sozinho obteve a sesmaria do Riacho do Mota

(Datas, 1747, v. 7) esta, por sinal, foi a única que ele requereu sozinho, situada nos Inhamuns em 30 de dezembro de 1747.

As terras no Riacho Trussú (2) estavam devolutas, porque haviam caído em comisso, sendo seu antigo proprietário João de Montes Bocarro e as terras da Lagoa do Iguatu assim como as do Riacho Jorge Mendes, tendo como proprietário o Comissário Lourenço Alves Feitosa, limitavam-se com outras pertencentes ao Coronel Francisco de Montes e Silva, irmão de Isabel de Montes.

O Comissário Lourenço Alves Feitosa, ciente da situação, requereu uma sesmaria de três léguas de comprimento e meio de largura para cada lado no rio Jucá; outra com iguais dimensões para sua esposa, e uma terceira também com as mesmas dimensões para seu filho, ao todo nove léguas, compreendendo a extensão das que haviam caído em comisso, e lhes foram concedidas no ano de 1720. (Datas, v.6). A solicitação chamava a atenção para o fato de que as terras eram virgens e, como tal, não estavam produzindo rendas para os cofres da Corte.

Para o Coronel Francisco de Montes e Silva só restava reconhecer que lhe não assistia direito para litígios, mas o mesmo insistia em cortar as cordas no serviço de tombamento, separando as sesmarias de cada suplicante, com isso, as famílias realizaram lutas armadas, os Feitosa para fazer efetiva medição da sesmaria e os Montes para impedi-la, dando início aos demais confrontos.

Enquanto duraram os conflitos com os Montes na região do alto e médio Jaguaribe, ali residiu o Coronel Francisco Alves Feitosa. Vale salientar que nas suas levadas de gado para os Inhamuns, um dos enfrentamentos entre as famílias foi registrado nas “Trincheiras”, próximo à nascente do rio Jucá, propriedade do Comissário Lourenço Alves Feitosa e, em 1724, deslocou-se para a Fazenda Mocha, no Piauí, retornando dois anos depois para o Ceará, quando passa a fixar-se nos Inhamuns e nesta região lançará suas raízes genealógicas, sendo ele, o patriarca dos Feitosa, no Ceará.

DESLOCAMENTO POPULACIONAL

Antes da primeira metade do século XVIII, as propriedades dos Feitosa expandiram-se rapidamente, somente Lourenço Alves Feitosa recebeu um total de vinte e duas sesmarias espalhadas ao longo do rio Jaguaribe e seus afluentes, tornando-se, como outros representantes de famílias colonizadoras, um latifundiário. O que, para Simonsen, latifúndio:

É uma propriedade agrícola de grande extensão pertencente a uma única pessoa, uma família ou empresa e que se caracteriza pela exploração intensiva de seus recursos. A extensão necessária para se considerar uma propriedade como um latifúndio depende do contexto: enquanto na Europa o grande latifúndio pode ter algumas centenas de hectares, na América Latina, pode facilmente ultrapassar os 10 mil. (1964, p. 90).

Sobre esse assunto, Lemenhe (1991 apud ARAÚJO, 2002, p. 25), esclarece que a média de terras concedidas para cada sesmaria era de três léguas ou 10.800 hectares. O que para Araújo (2002, p. 26), “tais fatos vêm demonstrar que o sistema de sesmarias convivia com regime de posses ilegais, assim como atesta a ganância de grandes proprietários por terras, que sendo tamanha, justificava os meios para obtê-las”.

De acordo com Melo (2012) o registro de diversas lutas por terras no Ceará é um dos indicativos da violência no regime de posses e de migração interna. A ocorrência entre as famílias Montes e Feitosa mostra que a família foi o elemento que deu à sociedade brasileira importância fundamental durante a maior parte de sua história, preenchendo a lacuna criada pela ausência do poder público eficaz; como também foi a maior causadora de desordem, uma vez que insultos ou ofensas a um membro de uma parentela por um membro de outra era motivo para uma confrontação.

Como unidade social, cada família mencionada formava uma parentela, onde além do grupo familiar, que consiste todos os parentes reconhecidos, incluindo os que foram herdados dos pais e os incorporados por meio de um cônjuge ou cônjuges, abrangiam outras pessoas que, embora sem ligações do sangue ou casamento, viviam próximo do círculo, eram os empregados respeitados, tais como o vaqueiro, escravos de confiança e moradores que estavam com a família há muito tempo e por último os agregados, que eram pessoas que viviam na fazenda sob a permissão do proprietário, mas em situação indefinida, e variavam numa gama que ia desde os amigos da família até os pistoleiros contratados e outros tipos de marginais.

Os Feitosa, realmente, constituem um grupo parental (“Kingship group” dos culturalistas americanos) dos mais poderosos da nossa história e cuja repercussão sobre as nossas instituições locais de direito público (populares e oficiais) foi enorme. Pelo número da sua parentela, dominaram o Ceará – uma província inteira. (OLIVEIRA, 1964, p. 48).

As famílias Montes e Feitosa reuniram um bom número de agregados, dentre eles os amigos fazendeiros pecuaristas e um expressivo contingente indígena de diversas tribos. Os Feitosa tinham por si as tribos dos Cariri e Jucá e os Montes dispunham dos índios Calabaças.

Para Melo (2012), a Região dos Inhamuns é uma área bastante rica para o estudo do coronelismo, palavra derivada de “coronel”, que se refere à autoridade política local, muitas vezes ligada a outras instituições exercidas por chefes, especialmente no seu relacionamento com a parentela. O coronelismo poderia ser interpretado como manifestação de uma sociedade constituída em torno de um grupo de parentes, sendo o coronel e o chefe da família a mesma pessoa.

Fica claro que as parentelas eram traços salientes da sociedade da Região dos Inhamuns, uma situação que resultou da estruturação do poder ao longo das linhas genealógicas. A parentela era a unidade social principal, pois dentro dos seus limites o indivíduo encontrava grande margem de segurança. As instituições públicas não mereciam confiança, porque muitas vezes seus administradores deixavam de servir a todos. Mesmo quando o faziam, a sua interpretação do bem comum não era necessariamente equivalente ao bem estar da parentela e dos seus componentes. O relacionamento significativo era então a família, e dentro dos seus conselhos fazia-se justiça e distribuía-se proteção de acordo com os seus padrões e, quanto às instituições públicas, estas deveriam ser dominadas ou bloqueadas.

Pode-se dizer que o cangaço e o banditismo no sertão tiveram origem nessa ambição de proprietários pecuaristas por mais terras e mais poder, e que veio contribuir para uma cultura de violência. No Ceará, uma luta que partindo do branco com indígenas, estendeu-se para os pequenos posseiros migrantes e tornou-se acirrada entre alguns dos senhores das sesmarias. (ARAÚJO, 2002, p.30).

As análises sobre o cangaço encontram referências em vários autores da historiografia estadual, dentre eles cita-se, o mais conhecido, que tece os seguintes comentários sobre o movimento:

[...] designa a organização efetiva ou o estado permanente de homens em armas, de que se acercavam os sertanejos abastados [...] ante a ameaça de hordas selvagens que lhes dizimavam os rebanhos e em face de outros potentados que lhes contestavam a posse das sesmarias, muitas vezes de extrema litigiosa [...] um meio de defesa de grupos criminosos que fugiam à ação da justiça, ou a força terrorista dos chefes de facções políticas do interior, continuamente de sobreaviso no tocante às competições partidárias locais. (GIRÃO, 1966, p.36).

Com a entrada do “homem branco” na região, houve vários conflitos com os índios e estes perderam suas áreas, constituídas pelas terras férteis junto às ribeiras, para fixação do gado, sendo espoliados para áreas de serras e caatingas em interflúvios, com escassez de água.

Esses confrontos travados com os empregados das fazendas duraram anos, resultando em muitas mortes, com aniquilamento de tribos e de aldeamento dos remanescentes, bem como a ocupação de vez dos Inhamuns e a fixação do gado.

Nesse contexto, áreas como estas no sertão nordestino foram incorporadas economicamente à Colônia Portuguesa, passando a fornecer animais de trabalho e carne para áreas mais povoadas, para isso o sistema implantado para a criação de gado foi extensivo, com mão-de-obra reduzida: quase sempre um vaqueiro, que era também o administrador, além disso, havia poucos empregados. Na dinâmica do trabalho, durante o período de estiagem, tinham como atividades: a construção de cacimbas e alimentação do gado, em que migravam para áreas de forragem, ou seja, áreas cultivadas, geralmente pela cana-de-açúcar e o capim, capazes de fornecer alimento para os animais, como possíveis ao cultivo agrícola. Segundo Andrade (1979 apud ARAÚJO, 2002, p.109), por este período, as fazendas adquiriram grandes extensões e chegaram a abrigar grande número de cabeças de gado, algumas com mais de 5.000 cabeças.

Segundo Melo (2012), a história dos conflitos entre as famílias Montes e Feitosa não encontra documentos favoráveis aos Feitosa e nem censura contra os Montes, quando estes é que vinham atacar os Feitosa em seus próprios domínios na fazenda Cangalhas, abaixo da vila de Arneiroz, onde se chocaram em um tiroteio, no qual se defenderam os Feitosa, que ali se achavam arranchados com um comboio e fizeram trincheiras dos surrões, malas e cangalhas, e depois seguiram em sentido ao Rio Jucá.

Com o rompimento do juiz ordinário em Aquiraz, o Senado da Câmara e de pessoas influentes com o Ouvidor José Mendes Machado, este se aliou aos Feitosa contra os Montes e oferecendo-lhes combates, nos quais sempre saíam vitoriosos. Os Montes, por sua vez, se aliaram aos inimigos do Ouvidor em Aquiraz, ficando sempre derrotados. Feitosa (1985, p.17) descreve: “ficaram os arquivos públicos do Aquiraz cheios de farta documentação horrivelmente degradante contra os Feitosa e o Ouvidor José Mendes Machado, que eram constantes denunciados perante os altos poderes até a Corte Portuguesa.”

O Comissário Lourenço Alves Feitosa, foi um dos colonos que adquiriu maior número de sesmarias no Ceará, mais logo morreu sua mulher, depois seu único filho solteiro, e, por último ele, ficando toda a fortuna deste casal para o irmão Francisco Alves Feitosa, passando este a ser o maior latifundiário dos Sertões dos Inhamuns.

No ano de 1721, veio o Capitão-mor Manoel Francês governando o Ceará, porém desgostoso com o senado da Câmara, no Aquiraz, e observando que uma das famílias estava aliada com o Senado e a outra com o Ouvidor Machado, conservou-se neutro até a retirada

deste, e só em 1725, quando, na expressão de Théberge (1869 apud CHANDLER, 1981, p.38): “Assaz debilitados pela ação continua do bocamarte, quando os veio dissolver a grande seca de 1725...”, mas não só por isso, foi necessária a intervenção do Capitão-mor Manoel Francês, que resolvera acabar com os conflitos das famílias Montes e Feitosa, abolindo com as lutas que agitavam a vida nos sertões, e aconselhando, fez a separação dos contentores, indo o Coronel Francisco Alves Feitosa, esperar a passagem da grande seca na fazenda Mocha no Piauí, na antiga capital daquele Estado a então vila da Parnaíba. Após a passagem da mesma, segundo Feitosa (opus cit. p. 18), “voltou para os Inhamuns, onde fundou sua primeira fazenda de gados na Barra do Jucá, às margens do Rio Jaguaribe, à direita da atual cidade de Arneiroz”. Construiu uma capela que com a edificação da matriz de Arneiroz, por seu neto Coronel Eufrásio Alves Feitosa, passou a ser chamada de “Igreja Velha”.

O Coronel Francisco Alves Feitosa era um colonizador, que associava à conquista de terras uma preocupação religiosa tanto que, não só construiu a Igreja Velha no Arneiroz, como também, em 1740, já estabelecido ao longo do rio Jucá com a família, agregados e trabalhadores com suas famílias, iniciou no sítio Cococi, uma palavra de origem indígena que significa “lugar perto d’água”, a construção de uma capela, onde terminou de erguer em 1748, e fundou a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, e ao redor dela foram edificadas residências, surgindo assim um povoado com o mesmo nome (Datas, Vol. 7, Nº 524), quando foi visitada por Frei Manoel de Jesus Maria e foi celebrada uma missa. (Figuras 07 e 08).

Figuras 07 e 08: Vista externa da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Localidade: Sede do Povoado de Cococi, Município de Parambu.



Fonte: Arquivo da Família Feitosa e pesquisa de campo (ano de 1960 e julho de 2012 respectivamente).

Acabados os conflitos, o Coronel Francisco Alves Feitosa veio a falecer com noventa e dois anos de idade no pequeno povoado do Cococi, na Região dos Inhamuns e, como

construtor da Igreja Matriz e seguindo a tradição da época, no sentido de serem sepultadas as pessoas ilustres dentro dos templos, foi nesta capela que o coronel foi sepultado.

Segundo Melo (2012), a família Feitosa ainda existe nos Inhamuns, na ribeira do mesmo rio, quase no mesmo pé que seus antepassados, ligando-se pouco com outras famílias, e conservando ainda quase sem alteração os seus costumes.

Quanto aos Montes, ainda existem numerosos descendentes desta família, não especificamente na Região dos Inhamuns, mas distribuídos por todo o estado do Ceará.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente podemos tecer o tempo dos Sertões dos Inhamuns com um repertório de mudanças sociais, onde, segundo Melo (2012), homens ricos e fortes, rudes e valentes, perdidos naqueles vastos sertões desconhecidos, cuja fisionomia dominante era a aspereza dos cactos, longe das autoridades que tinham a incumbência de fazer respeitar a ordem e a justiça, nos seus desentendimentos com os vizinhos, apelavam para a força bruta, única e soberana lei daqueles ermos sertões.

Praticaram violências e crimes na defesa das vastas extensões de terra que iam ocupando, dominando, extinguindo os indígenas, modificando a vegetação natural e matando uns aos outros. Os Feitosa se foram aquartelar nas suas terras do Vale do Jucá no alto Jaguaribe, e os Montes ficaram nas imediações do Icó, no baixo Jaguaribe.

As duas famílias cobriram-se de numerosos rebanhos, numa intensa e decisiva luta contra a seca, período em que a área fica com características de deserto, e levou a migração interna aos Sertões dos Inhamuns. Devido à história dos conflitos territoriais, tornou-se uma qualidade a capacidade de deslocar-se no espaço, que se inseriu no modo de ser de seus habitantes. Para alguns autores, tais como Cavalcante (1995 apud ARAÚJO, 2002, p.109), trata-se de uma cristalização da cultura de migração no cotidiano de indivíduos, famílias e jovens interioranos.

Segundo Távora (1967 apud MACÊDO, 1967, p. 10), muitos dos que vivem nos chamados meios civilizados costumam criticar e admirar-se das atitudes dos que vivem nos desertos, para defenderem-se contra todos e contra tudo, esquecidos dos governantes e sem o amparo da lei. Não se lembram, entretanto, que o “progresso só se realiza, através de sofrimentos, claudicações e desvarios humanos; e nenhuma civilização nasceu e medrou entre flores e risos; mas todas emergiram e cresceram em arrebois de sangue.”

Quanto aos Feitosa e os Montes a situação não foi diferente, onde lutaram pela conquista dos espaços no sertão, que para o “homem branco” colonizador era desconhecido e bravio, motivo principal de suas divergências, que resultaram em benefício para esse e subtração para o índio nativo e a vegetação de origem.

REFERÊNCIAS

ACERVO Histórico do Ceará, documentos do período de 1706 a 1751, que tratam das sesmarias que foram doadas para os Sertões do Ceará.

ANDRADE apud ARAÚJO, A. M. M. **O Êxodo dos Trabalhadores Rurais para Cidades à Luz de Lefebvre**. 2002, p. 109.

ARAÚJO, A. M. M. **O Êxodo dos Trabalhadores Rurais para Cidades à Luz de Lefebvre**. 2002.

BERNARDI, B. **Introdução aos estudos etno-antropológicos**. Lisboa: Edições 70, 1974.

BEZERRA, Antônio. **Algumas Origens do Ceará**. Fundação Waldemar Alcântara, Fortaleza, 2009.

CAVALCANTE apud ARAÚJO, A. M. M. **O Êxodo dos Trabalhadores Rurais para Cidades à Luz de Lefebvre**. 2002, p. 109.

CEARÁ. Lei Estadual nº 2677 de 1929. Eleva a Vila com o nome de São João do Príncipe à categoria de cidade com o nome de Tauá. Ceará, 1929.

CEARÁ. Lei Estadual nº448 de 1938. Denomina a sede do distrito de São Pedro da Cachoeirinha, que faz parte da divisão administrativa de Tauá, a chamar-se simplesmente de “Cachoeirinha”. Ceará, 1938.

CEARÁ. Lei Estadual nº 3338 de 1956. O distrito de Parambu é desmembrado de Tauá e elevado à condição de Município. Ceará, 1956.

CHANDLER, B. J. **Os Feitosa e o Sertão dos Inhamuns: A História de uma Família e uma Comunidade no Nordeste do Brasil - 1700 - 1930**. 1. ed. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1981. 213 p.

Coleção Manuscritos. Arquivo Público do Estado do Ceará. **Datas de Sesmarias**. 6º Volume: Nº 469, 470 e 471. 7º Volume: Nº 524. Fortaleza 1925.

Documentação Histórica Pernambucana: Sesmarias, Vol. IV, extraído do “Livro 2” do “Registro das Sesmarias” pertencentes ao Cartório da Tesouraria da Fazenda do atual Estado de Pernambuco, 1959, páginas 96 e 103-104.

- FARIAS, F. A. **Araújo e Feitosas**: Colonizadores do Alto e Médio Acaraú. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1995. 137 p.
- FARIAS, A.; WEIMA, C.; AMÉRICO, F. **Ceará**: História e Geografia. Fortaleza: Sistema Ari de Sá, 2012. 56 p.
- FEITOSA, L. **Tratado Genealógico da Família Feitosa**. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1985. 324 p.
- FONSECA, Antônio José Vitoriano Borges da. **Nobiliarquia Pernambucana**. Volume I, Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1935.
- GIRÃO, R.; MARTINS FILHO, A. **O Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966, p.36.
- JACKSON, W. M. **A Inquisição na Espanha**. Vol. VI. São Paulo: Brasileira, 1968, p.318. (Coleção Tesouro da Juventude).
- LEMENHE apud ARAÚJO, A. M. M. **O Êxodo dos Trabalhadores Rurais para Cidades à Luz de Lefebvre**. 2002, p. 25.
- MACÊDO, H. F. **Estórias & História: Família Feitosa**. 1. ed. Fortaleza, 2010.
- MELO, C. C. F. Conflitos Territoriais entre Famílias e Migração Interna nos Sertões dos Inhamuns/Ce. *Revista GEOUECE*, Fortaleza, dez. 2012. Disponível em: < <http://www.seer.uece.br/?journal=geouece&page=issue&op=view&path%5B%5D=39> > Acesso em: 10 de agosto de 2013.
- OLIVEIRA, V. **Instituições Políticas Brasileiras**. 1. ed. Fortaleza, 1964. 248 p.
- SILVA, R. R. da. Os sesmeiros dos sertões de Mombaça: um estudo acerca de suas trajetórias e relações sociais (1706-1751). *Revista de Humanidades*, Rio Grande do Norte, set 2008. Disponível em: < http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_suma_pg/st11.html > Acesso em: 12 de agosto de 2013.
- SIMONSEN, Mário H. **A Legalidade da Monarquia no Brasil**. Porto Alegre: Editora do Globo, 1964.
- TÁVORA apud MACÊDO, N. **O Clã dos Inhamuns**: Uma Família de Guerreiros e Pastores das Cabeceiras do Jaguaribe. 2. Ed. Fortaleza: Jornal A Fortaleza, 1967. 228 p.
- THÉBERGE, Dr. Pedro. **Esboço Histórico sobre a Província do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1973.
- VALE, Ana Moreira; FEITOSA, Joaquim de Castro e Outros. **A Colonização do Sertão**. In: _____. *Descobrimo e Construindo Tauá: conhecimentos de geografia e história*. Fortaleza: Ed. Fundação Demócrito Rocha, 1999. 120 p. Coleção de Estudos Sociais. Série Descobrimo e Construindo o Município. P. 62 – 64.